

ESPAÇO RURAL

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

N.º 132

Periodicidade Bimestral

SETEMBRO/OUTUBRO

2019 · 2,75€



CONFAGRI



CONVERTE +
Apoio à
Conversão de
Contratos de
Trabalho



A VIDA, A CIÊNCIA E AS VACAS

ATUALIDADE

Vespa Velutina — Um Problema
Apícola ou Nacional?

DESTAQUE

Assembleia da República
atenta à distribuição de
hortofrutícolas nas escolas

DIVULGAÇÃO

Adaptação dos Sistemas e das Práticas
Agrícolas às Alterações Climáticas

DESCARREGUE A VERSÃO
PARCIAL DA REVISTA





IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

ATUALIZE os seus dados!

- Verifique se os seus dados de Beneficiário e da sua Exploração estão atualizados nas Bases de Dados do IFAP.
- Informação correta e atualizada é crucial para o pagamento das suas ajudas!
- Em «O Meu Processo» na **Área Reservada** do Portal do IFAP, efetue as correções necessárias.

www.ifap.pt

Estamos no
Facebook, Twitter e LinkedIn
+ info:

ifap@ifap.pt | 217 513 999
Rua Fernando Curado Ribeiro n° 4G, Lisboa

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, DOGMAS E CERTEZAS DA ATIVIDADE PECUÁRIA



Idalino Leão

Administrador da CONFAGRI e Presidente da FENAPECUÁRIA

A atividade pecuária faz parte do imaginário coletivo Português, acontece nos mais remotos territórios nacionais, e por sua vez alavanca também um conjunto de outras atividades cada vez mais importantes para a economia nacional como o turismo, onde é decisivo o contributo para a fixação de pessoas ao território. As alterações climáticas são um tema incontornável das políticas futuras de qualquer país, mas é importante que se diga que são os agricultores aqueles que estão mais preocupados com este fenómeno. Aliás, quando se fala em descarbonização da sociedade é importante que se diga que o sector agrícola é o único que já contribuiu positivamente para esse objetivo e de uma forma natural, através dos milhares de hectares de solos cultivados que servem de sumidouros naturais de carbono, gerando um saldo ambiental positivo e sustentável para o país. É importante que o país saiba, que o sector e as suas organizações são responsáveis e não fogem a este debate. Aliás, exigimos ser envolvidos, pois consideramos que somos parte da solução. Portugal é deficitário em carne e, nesse sentido, deve apostar em

equilibrar a sua balança comercial através do aumento da sua produção nacional, reduzindo dessa forma a pegada de produtos vindos de outras partes do globo. A pecuária nacional é hoje uma atividade que utiliza as mais modernas técnicas de arração e onde a tecnologia é uma realidade. A FENAPECUÁRIA, ao longo dos últimos anos, tem defendido e apresentado algumas propostas que consideramos justas e positivas para o sector e para o país:

- Defendemos que devemos fomentar os princípios da economia circular e valorizar os efluentes pecuários na fertilização dos solos em detrimento do uso de fertilizantes sintéticos;
- Defendemos que as compras das cantinas públicas sejam mais sustentáveis. Importa que haja a coragem de definir regras onde as cantinas públicas possam comprar produtos agrícolas locais, onde a variável distância do produto onde é produzido e consumido seja tida em consideração. Para tal, é necessário que o código da contratação pública seja alterado;
- Defendemos que alguns nomes e terminologias comerciais como hambúrguer, salchichas, chouriças e afins, sejam exclusivamente usadas no sector

cárnico, para impedir confusão junto do consumidor. Esta é uma medida fundamental e que deve ser defendida e aprovada em Bruxelas para todo espaço da zona Euro.

Os agentes do sector devem perceber os sinais dos tempos e também mudar a forma como comunicamos. Os nossos discursos devem abandonar terminologias como extensivo ou intensivo, e substituir pela palavra eficiência, essa sim, cientificamente sustentada. As associadas atuais e futuras da FENAPECUÁRIA sabem que estamos atentos e que temos vindo a atuar nos locais próprios em defesa dos interesses do sector. Mas importa, que saibamos todos, que poderá chegar o momento em que a necessidade obrigue a tomar medidas mais duras em defesa do sector. Os produtores pecuários e as suas organizações sabem que podem contar com o meu empenho, eu conto seguramente com todos. ●

VESPA VELUTINA

UM PROBLEMA APÍCOLA OU NACIONAL?



FIGURA 1. NINHO DE VESPA VELUTINA

A Vespa velutina, mais conhecida por vespa asiática, terá chegado à Europa há 15 anos. Em Portugal, desde 2011 que se encontram registos da sua presença, tendo-se multiplicado, de ano para ano, os casos de picadas dolorosas e agressivas desde então. Estamos perante um problema que merece a atenção de todos a nível nacional.

A Vespa velutina é uma espécie asiática com uma área de distribuição natural que se estende pelas regiões tropicais e subtropicais do norte da Índia ao leste da China, Indochina e ao arquipélago da Indonésia, normalmente nas zonas montanhosas e mais frescas da sua área de distribuição, pelo que pode estar preadaptada para explorar ambientes temperados. A subespécie introduzida na Europa é a Vespa velutina *nigrithorax*, também chamada de vespa das patas amarelas. Esta subespécie vive no norte da Índia (Darjeeling, Sikkim), Butão, China e nas montanhas de Sumatra e Sulawesi (Indonésia).

TEXTO

LUÍS CALAIM

SECRETÁRIO GERAL
DA FENAPÍCOLA



2. VESPA VELUTINA

Os principais efeitos da presença desta espécie não indígena manifestam-se em várias vertentes, sendo de realçar:

- na apicultura - por se tratar de uma espécie carnívora e predadora das abelhas;
- para a saúde pública – não sendo mais agressivas que a espécie europeia, no caso de sentirem os ninhos ameaçados reagem de modo bastante agressivo, incluindo perseguições até algumas centenas de metros.

A deteção ou a suspeita de existência de ninho ou de exemplares de *Vespa velutina nigrithorax* deverá ser comunicada através de um dos meios referidos no portal do ICNF em www.icnf.pt/portal/naturaclac/patrinatur/especies/n-indig/vesp-velutina

Em caso de necessidade de identificação de exemplares, deverá proceder-se ao envio da ficha de registo para o INIAV, através dos endereços consultas, safsv@iniav.pt ou vespa@iniav.pt, que fará a respetiva confirmação. Para informações adicionais deverá contactar o INIAV para o tel. 214 463 700

A CONFAGRI, através da sua associada FENAPÍCOLA, participa na comissão de acompanhamento do Plano de Ação para a Vigilância e controlo da Vespa velutina em Portugal. Este plano de ação tem por objetivo enquadrar a atuação nacional face ao estabelecimento e disseminação da Vespa asiática em Portugal continental. Nas zonas onde ocorre, tanto rurais como urbanas, podem ser observados, a partir de maio, grandes

Se for picado? O que fazer?

- Remova o ferrão da vespa que possa ainda estar cravado na pele;
- Lavar o local da picada abundantemente com água fria;
- Em caso de sentir dor, tomar um analgésico, como paracetamol ou ibuprofeno. Seguir sempre as indicações do folheto e tomar a dose recomendada;
- Se sentir comichão, aplicar gelo ou uma pomada de venda-livre comprada na farmácia específica para o alívio do sintoma. É também possível tomar um anti-histamínico;
- Para reduzir o edema, aplicar gelo na lesão.

Onde se encontram os ninhos?

- A deteção dos ninhos nem sempre é fácil. A maioria localiza-se em locais elevados, árvores altas como eucaliptos adultos, ocasionalmente podem estar facilmente visíveis.
- Os ninhos destas vespas, podem chegar a um metro de altura e até 80 centímetros de diâmetro. No seu interior podem estar entre duas mil e 13 mil vespas.

ninhos albergando algumas centenas de vespas, localizados em árvores e estruturas construídas. O principal impacto conhecido desta espécie é a predação das abelhas. Quando perturbada, esta espécie também poderá representar um risco para as pessoas, devido à sua picada, tal como acontece com as de outras vespas e de abelhas. No entanto, dada a visibilidade dos ninhos de Vespa velutina e a maior probabilidade de contacto com os mesmos, esta espécie pode constituir um risco acrescido para as populações nos locais de ocorrência mais frequente. O plano identifica as responsabilidades e tarefas atribuídas às diversas entidades oficiais, apicultores e outros intervenientes, com vista à prossecução das metas e objetivos do mesmo e abrange as ações a desenvolver para:

- Diminuir o impacto causado pela Vespa asiática com o contributo do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV, I.P.) e finalizado em articulação com as Comunidades Intermunicipais (CIM), Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA/GNR) e Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), nas zonas onde já se encontra instalada;
- Prevenir a disseminação da espécie a

outras áreas. O plano foi desenvolvido pela Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I.P.).

Estes objetivos são alcançados por via da implementação das seguintes atividades:

- Desenho e implementação de sistema de vigilância, que permita detetar a presença de exemplares ou ninhos de Vespa velutina ou a ocorrência de mortalidades anormalmente elevadas em apiários, cuja causa aparente seja devida à presença de indivíduos dessa espécie;
- Definição de protocolos de atuação e seguimento: Identificação de formas de controlo e Formação dos intervenientes;
- Destruição dos ninhos detetados;
- Atualização contínua da informação sobre a espécie e sua distribuição em Portugal;
- Divulgação e sensibilização pública, nomeadamente quanto aos cuidados



3. VESPA VELUTINA

a ter relativamente a esta espécie e à importância da comunicação da sua presença às entidades responsáveis.

As organizações agrícolas da CONFAGRI, especialmente as associadas da FENA-PÍCOLA, têm participado ativamente na implementação do Plano de Ação para a

Vigilância e controlo da Vespa Velutina, quer pela identificação e destruição dos ninhos e especialmente pela disseminação dos perigos e forma de prevenir e combater a disseminação da Vespa em Portugal, tendo diversas ações de sensibilização decorrido em escolas e sessões públicas nos últimos meses. ●

Cuide DOS MEDICAMENTOS que tratam DOS SEUS ANIMAIS



VALORMED

Os medicamentos fora de uso também são resíduos.

Os resíduos de medicamentos e produtos veterinários que cuidam dos seus animais, também precisam de um tratamento especial.

A sua colaboração é fundamental para cuidar do futuro de todos ao prevenir a contaminação dos solos e cursos de água. Junte-se, pois, a dezenas de centros de receção que os recolhem e à Valormed que lhes dá o tratamento adequado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ATENTA À BAIXA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE FRUTAS E HORTÍCOLAS FRESCOS NAS ESCOLAS

O Regime de Fruta Escolar (RFE) é uma iniciativa de âmbito europeu, que pretende promover a prática de uma alimentação saudável. Este consiste na distribuição gratuita de 1 peça/dose de fruta e/ou produtos hortícolas, duas vezes por semana, aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e na realização de atividades no meio escolar que visam o desenvolvimento de competências de alimentação saudável e o conhecimento das origens dos produtos agrícolas.

Portugal, no período de 2008 a 2019, tem vindo a apresentar um decréscimo significativo da prevalência de excesso de peso e obesidade infantil, verificando-se uma redução de 37,9% para 29,6%, na prevalência de excesso de peso infantil, e de 15,3% para 12,0% na obesidade infantil, de acordo com os dados da «Childhood Obesity Surveillance Initiative: COSI Portugal – 2019» (Figura n.º 1). Contudo, a situação está longe de ser positiva, porque o excesso de peso e a obesidade tem tendência a aumentar com a idade, sendo os hábitos alimentares um dos fatores que mais contribui para a perda de anos de vida saudável.

Por outro lado, o consumo *per capita* de frutas, produtos hortícolas frescos e de leite continua, na União Europeia, inferior às recomendações nutricionais indicadas pela Organização Mundial de Saúde (O.M.S.), tendo-se agravado, em particular, nos anos de crise. Sendo, no entanto, de considerar como positivo o facto de nas gerações mais recentes, “Millennials” ou geração internet (nascidos na década de 80 até ao final do século), e que já representam cerca de 25% da população, estes apresentarem maiores preocupações com a saúde, com a prática de exercício físico e a inclusão na alimentação de produtos frescos, locais,



TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

CONFAGRI

mesmo recorrendo com frequência às chamadas “refeições prontas”. Atenta aos impactos negativos para a saúde decorrentes da redução do consumo de frutas, produtos hortícolas

frescos e de leite, a União Europeia, com o intuito de promover junto das gerações de jovens e futuros consumidores hábitos alimentares mais saudáveis, financia um programa de distribuição gratuita

FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA EM TODO O PAÍS



CONFAGRI

Plantar hoje o **CONHECIMENTO** para amanhã colher os **PROVEITOS**



A CONFAGRI em parceria com as Organizações Agrícolas locais, promove formação financiada nas áreas da agricultura, pecuária e floresta.

AÇÕES DE FORMAÇÃO

DESTAQUES

- › **Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos**
Duração: 50 horas
- › **Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos – Equipamentos Manuais**
Duração: 25 horas
- › **Conduzir e Operar o Trator em Segurança**
Duração: 50 horas
- › **Formação em Produção Integrada**
Duração: 50 horas
- › **Formação em Agricultura Biológica**
Duração: 50 horas
- › **Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola**
Duração: 50 horas
- › **Proteção de Animais em Transporte**
Duração: 50 horas

**Para estas ou quaisquer
outras ações de formação
que necessite, contacte-nos!**

Os interessados na frequência destas
ações devem contactar a CONFAGRI:
Departamento Formação Profissional | Tel.: 218 118 091
Email: formacao.profissional@confagri.pt



COFINANCIADO POR:



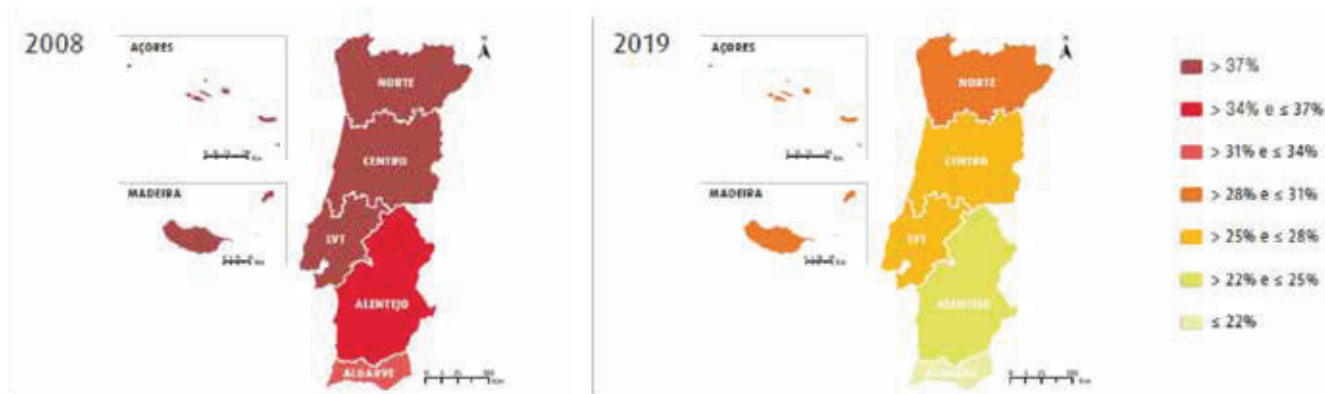


FIGURA 1. PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO (INCLUINDO OBESIDADE) POR REGIÃO EM 2008 E 2019
 FONTE: CHILDHOOD OBESITY SURVEILLANCE INITIATIVE: COSI PORTUGAL — 2019

ESTADO-MEMBRO	Distribuição de frutas e produtos hortícolas nas escolas			Distribuição de leite nas escolas		
	Dotação indicativa	Dotação executada	Execução (%)	Dotação indicativa	Dotação executada	Execução (%)
Portugal	€ 3.283.397	€ 657.515 (*)	20 %	€ 2.220.981	€ 1.702.736	77 %

Acresce € 12 477 para medidas educacionais.

FIGURA 2. EXECUÇÃO FINANCEIRA (ANO LETIVO 2017/2018)
 FONTE: THE EU SCHOOL FRUIT, VEGETABLES AND MILK SCHEME, ANNUAL MONITORING REPORT, 2017/2018 SCHOOL YEAR, PORTUGAL, 19/02/2019.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	N.º de escolas participantes no regime escolar	Escolas Participantes na distribuição de frutas e produtos hortícolas	Escolas participantes na distribuição de leite	Regime de frutas e produtos hortícolas N.º de crianças participantes	Regime do leite N.º de crianças participantes
Escolas ensino pré-escolar	3.475		3.475		119.464
Escolas 1.º ciclo	3.593	1.270	3.593	104.506	332.407
TOTAL	7.068	1.270	7.068	104.506	451.871

FIGURA 3. EXECUÇÃO FÍSICA (ANO LETIVO 2017/2018)
 FONTE: THE EU SCHOOL FRUIT, VEGETABLES AND MILK SCHEME, ANNUAL MONITORING REPORT, 2017/2018 SCHOOL YEAR, PORTUGAL, 19/02/2019.

de frutas e produtos hortícolas frescos e de leite nas escolas, ao qual destina anualmente 250 milhões de euros, dos quais são atribuídos a Portugal cerca de 5,5 milhões de euros. Portugal, no âmbito do regime, apresentou uma «Estratégia Nacional de Implementação do Regime Escolar em Portugal», para os anos letivos: 2017/2018

a 2022/2023, tendo identificado um conjunto de necessidades, coerentes face ao contexto existente, para justificar a aplicação do regime:

1. Combate/inversão da prevalência de obesidade na infância/adolescência, que afeta cerca de 1/3 das crianças nacionais;

2. Incremento do consumo de fruta/ produtos hortícolas e leite/produtos lácteos, visando aproximar, em particular, a capitação média diária de frutas e produtos hortícolas de 400 gramas, conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde;

3. Contrariar os hábitos alimentares das crianças de abandono de valores

tradicionais da dieta mediterrânica;

4. Contrariar os maus hábitos alimentares, induzindo preferência por produtos de maior valor nutricional e menor valor energético;
5. Modificar/melhorar a disponibilidade de certos alimentos, promovendo em ambiente escolar o consumo de alimentos mais adequados e indução do seu consumo, indiretamente, em casa.

Contudo, e apesar das necessidades identificadas, a aplicação do regime em Portugal continua a apresentar um nível de execução extremamente baixo, quer em termos de metas, quer em termos financeiros.

De acordo com o relatório anual apresentado por Portugal à Autoridade Europeia competente, referente ao ano letivo 2017/2018, relativo à execução até 31/12/2018, a execução do regime de distribuição de leite apresenta resultados satisfatórios, com uma taxa de execução próxima de 77%, já a execu-

ção do regime de distribuição de frutas e produtos hortícolas, apresenta uma execução de apenas 20% (Figura 2). Com uma taxa de execução global inferior a 43%, Portugal desperdiça, só neste regime, anualmente, um montante superior a 3,1 milhões de euros.

Através da análise da execução física do regime (Figura 3), é possível verificar que no caso da distribuição de frutas e produtos hortícolas, a baixa execução fica a dever-se ao reduzido número de escolas participantes, facto que deve merecer atenta reflexão.

Por tudo o que foi acima realçado, e tal como a CONFAGRI tem vindo a alertar, também Assembleia da República mostrou estar atenta para o problema, recomendando ao Governo a tomada de medidas para o incremento do programa de distribuição gratuita de frutas e produtos hortícolas e simplificação dos procedimentos no que respeita ao Regime Escolar, designadamente:

1. Que o Governo implemente medidas que combatam a fraca execução do Regime Escolar, melhorando o modelo implantado em Portugal, assegurando a distribuição de fruta, produtos hortícolas e bananas a toda a comunidade de alunos que, nos estabelecimentos de ensino público, estejam abrangidos pelos critérios do Regime Escolar;
2. Que o Governo proceda à simplificação dos procedimentos necessários para o acesso ao Regime Escolar, bem como para a execução e reembolso atempado aos beneficiários;
3. Que o Governo desenvolva uma estratégia que promova e privilegie a aquisição prioritária, por parte dos municípios, de fruta e hortícolas locais.

Em conclusão, resta-nos aguardar a passagem das palavras aos atos! ●



Por amor à terra, entregue as embalagens vazias de produtos fitofarmacêuticos, biocidas e de sementes num Ponto de Retoma Valorfito®.

**Faça como a Família Prudêncio®.
Deixe que o amor desça à sua terra e cuide da Terra de todos nós.**



Informe-se em www.valorfito.com ou num Ponto de Retoma Valorfito.

COOPERATIVA AGRÍCOLA DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO



1. SEDE DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO

A Cooperativa Agrícola do Concelho de Montemor-o-Velho foi fundada em 1977 e constitui, pelo volume de negócios que movimenta, pelo número de associados e pelos postos de trabalho que assegura, uma empresa imprescindível ao desenvolvimento da região. Presentemente, a Cooperativa tem 4.700 associados e insere a sua atividade no aprovisionamento de fatores de produção (sementes, fertilizantes, produtos fitofarmacêuticos, ferramentas e combustíveis), escoamento de produtos agrícolas e fornecimento de serviços aos seus associados, nomeadamente assistência técnica, secagem de milho, aluguer de máquinas agrícolas, concentração e recolha de leite de vaca e secagem, concentração e transformação de arroz. Dispõe de um serviço de apoio aos produtores pecuários, através da Organização de Produtores Pecuários (OPP), de um Agrupamento de Produtores de Cereais, cuja atividade consiste

essencialmente na concentração e comercialização de milho, trigo e aveia e de um Agrupamento de Produtores de Arroz, cuja atividade consiste no apoio aos associados na escolha das sementes, preparação das sementeiras, terrenos e tratamentos, fertilizações, colheita, secagem, armazenagem, transformação e comercialização.

São também objetivos desta Cooperativa a formação profissional, a promoção de práticas compatíveis com a manutenção e defesa do património rural e do meio ambiente, de que se destacam a proteção e produção integrada, bem como a divulgação de informação com interesse para a região.

Na sequência desta variedade de serviços de apoio, as secções existentes na Cooperativa são: a secção Leiteira, Secção de Compra e Venda, Secção de Cereais, Secção de Hortofrutícolas e Florícolas, Secção de Citrinos, Secção de Arroz, Secção de Serviços de apoio ao Mundo Rural, Secção Florestal, Secção

de Proteção e Produção Integradas de Culturas, Secção de Política Agroambiental, Secção de Máquinas Agrícolas e a Secção de Formação Profissional.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

Cooperativa Agrícola do Concelho de Montemor-o-Velho

[CONTACTOS]

Largo da Feira
3140-257 Montemor-o-Velho
PORTUGAL

Telefone: +351 239 687 560

Email: geral@cooperativamontemor.pt

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Agrícola do Concelho de Montemor-o-Velho



2. ARMANDO VALENTE - PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Cooperativa Agrícola do Concelho de Montemor-o-Velho desempenha há vários anos um papel essencial de apoio à atividade agrícola na região. Como descreve e avalia o papel económico e social desta instituição na sua área social?

A Cooperativa está inserida numa região que produz essencialmente arroz e milho. Nos últimos anos temos verificado um crescimento na produção de hortícolas e de batata para a indústria e a manutenção da atividade leiteira, embora com algumas dificuldades.

Em todas estas atividades a Cooperativa tem sido fundamental na sua manutenção e dinamização. Temos cerca de 4.700 associados e todos estes agricultores dependem da estrutura da Cooperativa para poderem continuar a desenvolver a sua produção.

Temos um gabinete técnico e apoiamos os nossos associados em todos os aspetos a montante e jusante da produção, desde a área da secagem dos cereais, a área do aconselhamento técnico, da análise de terras, estamos reconhecidos como Agrupamento de Produtores de Cereais e de Arroz, possuímos uma indústria de arroz onde fazemos toda a sua transformação e comercialização, através da nossa própria embalagem do arroz carolino do Baixo Mondego, que neste caso é o “Diamante Azul” e o “Gatões”.

É um apoio transversal, sem o qual os nossos associados não conseguiriam dar continuidade à sua atividade, com os respetivos efeitos económicos e sociais para a região.

Como avalia o estado atual das atividades que a Cooperativa representa?

Na nossa região existe um misto entre

uma agricultura familiar e uma agricultura empresarial, que confere já alguma dimensão ao sector e que cria condições para que continuemos a ter uma atividade agrícola viva e com potencial para o seu desenvolvimento. Temos água, bons solos, um arroz carolino de excelente qualidade, produzido com todas as medidas agroambientais exigidas, e que me arrisco a dizer que é do melhor do mundo. Na área do milho estamos a produzir com custos bastante controlados e com produções bastante elevadas. A área das hortícolas e da batata para a indústria tem crescido nos últimos anos. Nas zonas de encosta que não são banhadas pelo Mondego e que não recebem água diretamente, predomina a produção de leite, com algumas explorações que, apesar das dificuldades, se conseguiram reestruturar e que continuam a ter uma grande importância para a agricultura da região.

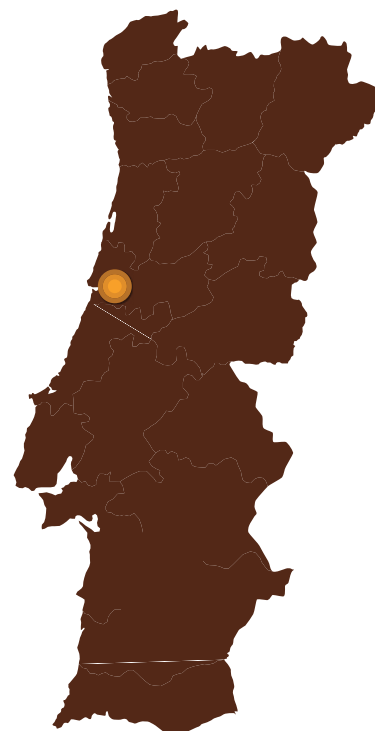
Como tal, as principais atividades que representamos têm condições para se desenvolverem e continuarem a ser extremamente importantes em termos económicos e sociais.

A Cooperativa tem efetuado diversos investimentos ao nível das infraestruturas e serviços. Quer falar um pouco sobre estes projetos e dos objetivos inerentes aos mesmos?

A Cooperativa tem efetuado diversos investimentos ao nível das infraestruturas, sempre com o intuito de capacitar a instituição para dar resposta aos mercados e desenvolver cada vez mais a agricultura da região, potenciando ao máximo o rendimento de todos os nossos associados. Nesse sentido, gostaria de lhe apontar o investimento que realizámos na aquisição da indústria do arroz, que garantiu todo o processo a jusante da produção, até à comercialização ao consumidor final, a aquisição de equipamento para a secagem, armazenagem e embalamento do milho, que é vendido diretamente ao consumidor final e à indústria local para transformação. Para além disso, investimos igualmente na formação profissional que, em meu entender, é fundamental para o futuro, transmitindo aos agricultores uma série de conhecimentos fundamentais ao desenvolvimento da sua atividade.

Na sua perspetiva que medidas seriam importantes de modo a potenciar o desenvolvimento da atividade agrícola na região?

PORTUGAL CONTINENTAL



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



SAIBA MAIS SOBRE
A COOPERATIVA AGRÍCOLA DO CONCELHO
DE MONTE-MOR-O-VELHO



Neste momento sentimos que estamos ao sabor das importações de cereais que possam vir do Brasil e da Argentina. Sendo o nosso país deficitário em milho e em arroz, esses produtos criam uma pressão enorme sobre os preços, quando não são produtos comparáveis em termos do seu modo de produção e da sua qualidade final. Seria fundamental que se criassem condições para dar preferência ao produto nacional e ao seu escoamento, dando ênfase à qualidade do produto final e ao seu modo de produção mais sustentável e mais saudável para o consumidor.

A qualidade existe, o modo de produção é completamente diferente, temos é que criar condições para valorizar esses fatores. Outra situação fundamental era, em meu entender, a análise dos produtos à saída do barco. Apesar das análises efetuados no país de origem, estas não têm as mesmas exigências que a Europa. Deste modo, poderíamos informar melhor as características do produto ao consumidor, para que este esteja informado e possa tomar a sua decisão conscientemente.

Montemor-o-Velho desenvolveu um PIER (Plano Integrado em Espaço Rural) para estimular o emparcelamento em espaço rural. Como tem decorrido o emparcelamento na região?

Montemor-o-Velho desenvolveu um PIER para estimular o emparcelamento em espaço rural. Este PIER é considerado inovador a nível nacional.

Estamos a falar de cerca de 150 hectares, no concelho de Montemor-o-Velho, em que se conseguiu chegar a acordo com os proprietários e em que a grande maioria dessa área está já neste momento ocupada com infraestruturas.

Julgo que podemos dizer que é uma das únicas zonas do país em que o emparcelamento teve sucesso.

A agricultura tem assumido um papel crescente na economia nacional. Que importância e papel poderá alcançar esta atividade em termos sociais e económicos a nível nacional?

Em meu entender é fundamental que se defina e reconheça a importância económica e social da agricultura, traduzindo isso numa estratégia efetiva de longo prazo para o sector. Como tal, é necessário olhar para as zonas que têm aptidão agrícola, e a do Baixo Mondego é uma delas, e ajustar as medidas e os apoios às diferentes regiões e suas especificidades. O poder político e as suas medidas não encaram



3. SECÇÃO DE COMPRA E VENDA



4. EMBALAGEM DE MILHO DA COOPERATIVA

a agricultura como fundamental. Temos falado muito do ambiente ultimamente e eu pergunto, o que é o ambiente sem a agricultura? A agricultura e os agricultores são os maiores amigos do ambiente. Se não houver agricultura e agricultores no campo, o ambiente degrada-se e é importante perceber isto.

Tem que haver uma estratégia da parte do poder político que reconheça a importância da agricultura e promova o seu desenvolvimento, inclusivamente na definição de uma reserva alimentar em determinados sectores.

É importante exportarmos, mas é igualmente importante termos a preocupação de produzir para não importar.

O Sector Cooperativo terá igualmente um papel fundamental a desempenhar?

As Cooperativas são fundamentais no apoio aos agricultores e na manutenção e desenvolvimento do sector agrícola. É um apoio que funciona e que é fundamental para que os agricultores possam continuar a sua atividade. Não podem ser esquecidas como muitas vezes o são, inclusivamente na definição dos instrumentos de apoio. A título de exemplo, o ano passado, com a passagem da tempestade Leslie, sofremos bastantes estragos nas nossas infraestruturas. No entanto, posso dizer-lhe que se não fosse o seguro que a Cooperativa tinha, estaria hoje numa situação muito difícil. Não houve nenhum instrumento que permitisse o restabelecimento do potencial produtivo das Cooperativas, porque estas não estavam enquadradas. Estavam enquadrados os agricultores, as empresas agrícolas, mas não as Cooperativas agrícolas. É importante perceber que se a Cooperativa não conseguir restabelecer o seu potencial produtivo, os produtores passarão por sérias dificuldades, pois dependem dela para obter o seu rendimento. As Cooperativas são fundamentais para o futuro da atividade agrícola.

Que avaliação faz do PDR 2020 e da sua aplicação?

Relativamente ao PDR 2020, posso dizer que, em alguns casos, funcionou na nossa região, existindo vários jovens agricultores instalados. No entanto, continuo a achar que é pouco. Foi muito arrastado para o final do seu período de vigência e julgo que devíamos ter uma execução maior. Penso que estes programas têm que ser mais estratégicos e conduzirem, de facto, à implementação de uma estratégia global para o sector.

Em seu entender, o que seria importante no que respeita à aplicação da PAC em Portugal no Pós 2020?

É importante que a revisão da PAC para o período Pós 2020 não prejudique em termos nacionais o sector dos cereais e do regadio. Estes sectores têm sido constantemente prejudicados, tendo os valores das suas ajudas vindo a diminuir gradualmente a propósito da convergência dos direitos a pagar nas diferentes zonas. Se continuarmos a penalizar esta área podemos chegar a um ponto de abandono da atividade e desperdiçar todo o trabalho realizado e todo o investimento público e privado já realizado, precisamente com o intuito de criar condições para o funcionamento e crescimento deste sector. Quando temos água para o regadio, quando temos um elevado investimento público e privado realizado neste sector, devemos criar condições que incentivem as pessoas a produzir e a continuar a apostar na sua atividade. Para além disso, existem uma série de atividades que direta e indiretamente dependem económica e socialmente do atual funcionamento agrícola do Baixo Mondego.

Como avalia a relação da Cooperativa com a CONFAGRI?

A relação da Cooperativa com a CONFAGRI tem sido muito boa, não temos tido problemas e temos sentido todo o apoio necessário da parte da Confederação. Possuímos uma ótima relação com todas



5. SUPERMERCADO DA COOPERATIVA



6. INSTALAÇÕES DA COOPERATIVA COM POSTO DE COMBUSTÍVEL



7. ARROZ "GATÕES" E "DIAMANTE AZUL" E EMBALAGEM DE LEITE

as pessoas da CONFAGRI e sentimos que existe da parte de todos uma grande preocupação em ajudar e em proporcionar à Cooperativa um serviço de qualidade.

Que mensagem gostaria de deixar a todos os associados da Cooperativa?

Gostaria de deixar a todos uma mensagem de esperança e de trabalho. A Cooperativa cá estará, como sempre, para os apoiar e ajudar em tudo o que for necessário e para trabalhar em prol do seu desenvolvimento, da valorização dos seus produtos e da melhoria do seu rendimento.

Não quero com isto dizer que serão anos fáceis, porque esses já não existem. Mas, acima de tudo, temos de ter essa esperança no futuro e no nosso trabalho, porque a agricultura é fundamental em termos regionais e nacionais. ●

Plantar hoje o **CONHECIMENTO** para amanhã colher os **PROVEITOS**



AÇÕES DE FORMAÇÃO **Jovens Empresários Agrícolas***

Com projeto de instalação aprovado no PDR 2020

› **Agricultura Sustentável**

Duração: 50 horas

Com projeto de instalação aprovado no PRODER, cujos projetos de investimento foram aprovados a partir de 1-1-2013

› **M1 – Formação Básica de Agricultura**

Duração: 48 horas

› **M2 – Formação Específica para a Orientação Produtiva da Instalação**

Duração: 60 horas

› **M3 – Formação de Gestão da Empresa Agrícola**

Duração: 45 horas

› **M4 – Componente Prática em Contexto Empresarial**

Duração: 60 horas

* Formação reconhecida pelo Ministério da Agricultura e do Mar

Contactos para inscrições e esclarecimento de dúvidas:
CONFAGRI – Dep. de Formação Profissional
Tel.: 218 118 091 | Fax: 218 118 003
Email: formacao.profissional@confagri.pt



FINANCIADO POR



7ª EDIÇÃO DA AGROSEMANA

CONFAGRI PROMOVE DEBATE COM CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO DA FERRAMENTA OIRA AGRICULTURA

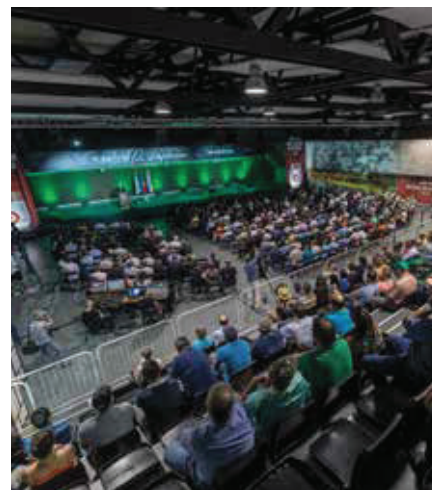


1. IMAGEM DO RECINTO DA AGROSEMANA

A 7ª edição da AgroSemana — Feira Agrícola do Norte, que decorreu de 29 de agosto a 1 de setembro, no Espaço AGROS, contou com cerca de 90.000 visitantes, reafirmando o seu posicionamento como um evento de referência do Sector Agrícola. A componente técnica e profissional do programa da Feira Agrícola do Norte é um fator diferencial do evento, que contou com diversos *Workshops* e Seminários ligados à área agrícola, assim como *Workshops* temáticos direcionados para o público geral.



2. INAUGURAÇÃO DA AGROSEMANA COM COMISSÁRIO EUROPEU DE AGRICULTURA, PHIL HOGAN, MINISTRO DA AGRICULTURA, CAPOULAS SANTOS E PRESIDENTE DA AGROS, JOSÉ CAPELA



3. SESSÃO INAUGURAL DA AGROSEMANA



4. VISITA DO MINISTRO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL AO STAND DA CONFAGRI



5. ASSISTÊNCIA DO DEBATE COM CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Tal como nas anteriores edições, a CONFAGRI participou ativamente neste evento e, além de estar presente com um stand próprio na zona institucional, colaborou na organização do programa de seminários e debates e visitas oficiais do certame. Assim, em parceria com a AGROS, a CONFAGRI promoveu na AgroSemana um debate com os partidos políticos candidatos às eleições legislativas subordinado ao tema “Perspetivas e Desafios da Agricultura Portuguesa” e um seminário com o “Lan-

çamento Nacional da Ferramenta OiRA Agricultura”, uma iniciativa da autoridade para as condições do trabalho (ACT). Tendo em conta a realização das eleições legislativas, que tiveram lugar no dia 6 de outubro, a CONFAGRI, no âmbito das suas responsabilidades político-sociais e como principal organização socioeconómica da agricultura portuguesa, achou importante e oportuno promover o debate, “Perspetivas e Desafios da Agricultura Portuguesa” com o intuito de conhecer o posicionamento dos principais partidos políticos que se candidatarão às eleições legislativas e desejando contribuir para o esclarecimento dos agentes do sector sobre as diferentes visões para o futuro do sector agrícola e rural. A agricultura é um dos motores de desenvolvimento nacional, contribuindo o tecido agrícola para atividades tão variadas como o abastecimento alimentar, a preservação do ambiente e do espaço rural, criando emprego e fomentando as exportações, conjugando técnicas tradicionais com tecnologia de ponta, razões que justificam a importância e pertinência desta iniciativa.

O Debate contou com a participação de Joaquim Barreto, deputado do PS, de Carlos Duarte, deputado pelo PSD, de Agostinho Lopes, deputado do PCP, e de Patrícia Fonseca, Deputada do CDS, que responderam afirmativamente ao convite lançado pela CONFAGRI a todos os partidos com representação parlamentar. Para interpelar os candidatos, estiveram também presentes dirigentes de várias Organizações Agrícolas que questionaram sobre as perspetivas da aplicação da nova PAC (Política Agrícola Comum)



6. STAND DA CONFAGRI NA AGROSEMANA



7. SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO DA FERRAMENTA OIRA AGRICULTURA

e sobre os problemas agrícolas nacionais que os diferentes subsectores enfrentam. O evento constituiu uma excelente oportunidade de debate e esclarecimento de posições, contribuindo para a apresentação das prioridades do Programa de cada partido e para o esclarecimento de diversas questões relacionadas com o presente e o futuro da Agricultura e da Política Agrícola Comum (PAC).

O segundo evento levado a cabo na AgroSemana pela CONFAGRI, foi o seminário de “Lançamento Nacional da Ferramenta OiRA Agricultura”, uma iniciativa da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), na qualidade de Ponto Focal Nacional da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (PFN/EU-OSHA), e que pretendeu dar a conhecer o novo instrumento interativo de avaliação de riscos em linha, designada OiRA (<http://www.oiraproject.eu>).

O Sector agrícola apresenta níveis de sinistralidade elevados. Os acidentes ocorrem geralmente devido a máquinas inadequadas, com partes móveis desprotegidas, excesso de confiança dos operadores, falta de formação adequada, entre outros fatores. Uma correta avaliação dos riscos existentes pode prevenir muitos deles e ajudar o empregador a implementar as soluções adequadas à sua eliminação/controlar.

A OiRA é uma plataforma Web que disponibiliza às empresas, a título gratuito, ferramentas que as ajudam a gerir os riscos de segurança e saúde no local de trabalho, capacitando as empresas a tomarem medidas essenciais para a prevenção de acidentes e problemas de saúde relacionados com o trabalho.

No que respeita à edição deste ano da



8. PAINEL DO DEBATE COM CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

AgroSemana é de destacar que ao longo dos quatro dias do certame, marcaram presença no Espaço AGROS cerca de 200 expositores, com uma vincada vertente profissional agrícola nas áreas de negócio em exibição.

Um dos pontos altos da Feira foi a presença do Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, que inaugurou a Feira Agrícola do Norte no dia 29 de agosto, participando também na Sessão Inaugural, onde foi condecorado pelo Governo Português com a Medalha de Honra da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, que tem como objetivo reconhecer publicamente e distinguir as pessoas ou organizações que, de forma particularmente dedicada e empenhada, através da sua ação continuada, contribuem ou contribuíram para o desenvolvimento da agricultura e valorização do mundo rural. A AgroSemana contou igualmente com a visita de ilustres individualidades, onde destacamos o Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos, o Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, Luís Me-

deiros Vieira, o Presidente do PSD, Rui Rio, a Presidente do CDS-PP, Assunção Cristas, o Presidente da Direção Política Nacional da Aliança, Pedro Santana Lopes, o Secretário-Geral do PCP, Jerónimo de Sousa, o Presidente da Comissão de Agricultura e Mar, Joaquim Barreto, o Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Aires Pereira, a Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, Elisa Ferraz, e o Presidente da Câmara Municipal da Maia, António da Silva Tiago, entre outras individualidades da Assembleia da República.

No que concerne à vertente profissional, foram diversas as iniciativas levadas a cabo durante os quatro dias do evento, nomeadamente as AgroVisitas aos Campos de Ensaio, que contam com a participação de aproximadamente 800 Produtores de Leite e Carne, e a realização do 38.º Concurso Nacional da Raça Holstein-Frísia (espécie bovina mais comum para a produção de leite), organizado pela APCRF – Associação Portuguesa dos Criadores da Raça Frísia.

Como tem vindo a ser tradição desde o ano 2016, realizaram-se as olimpíadas agrícolas Agrolympics Portugal, com a participação de 7 Escolas Profissionais Agrícolas. As provas decorreram nos dias 30 e 31 de agosto, sendo a EPAMAC – Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses a sagrar-se campeã, e representará Portugal na competição europeia a ocorrer na Estónia. Segundo a AGROS, o objetivo passa por dar continuidade ao crescimento sustentado da AgroSemana e reforçar a Feira como um evento de referência do sector agrícola. ●

A VIDA, A CIÊNCIA E AS VACAS

Muito se tem falado nas últimas semanas sobre produção animal, emissões de gases com efeito estufa (GEE), consumo de carne, e sua influência para combater as alterações climáticas.

TEXTO

ANA SOFIA SANTOS

i Eng.^a Zootécnica;
Presidente da APEZ (1)
e Membro Comissão
Científica da EAAP (2)



Propagam-se textos, diagramas, dados e mais dados. Pergunto onde estão as Universidades e Institutos Politécnicos que formam técnicos altamente especializados e com competências na área da zootecnia e agricultura, e na área alimentar. Refiro-me a engenheiros zootécnicos, engenheiros agrónomos, engenheiros ambientais, engenheiros alimentares, nutricionistas, médicos veterinários, entre muitas outras formações acreditadas por ordens profissionais e por entidades que garantem que as Instituições de ensino superior formam técnicos convenientemente. Permitam-se a audácia de partilhar algumas reflexões.

Diabolizam-se os bovinos... sim, é um facto. Esses malvados animais, como tantos outros ruminantes selvagens por esse planeta

fora, têm a audácia de, na sequência do seu processo digestivo, produzirem CO₂ e CH₄..., produtos provenientes do que chamamos de fermentação entérica. De uma forma excessivamente resumida, isto ocorre, porque todos os herbívoros tiveram de arranjar estratégias para lidar com um problema: a fibra existente nas plantas, os chamados hidratos de carbono estruturais (sim, são hidratos de carbono), e outros componentes (como a lenhina, entre outros). Ora, estes componentes que constituem a fibra, são indigestíveis, as enzimas de origem animal não conseguem quebrar e digerir estes constituintes. Assim, numa adaptação estratégica, os herbívoros criaram relações de simbiose com populações

microbianas, cuja ação fermentativa consegue tirar partido nutricional de, e assim resolver o “problema” da fibra. Sem esta parceria simbiótica os herbívoros não sobreviveriam. Esta é também uma vantagem única, estes animais produzem produtos alimentares de elevado valor nutricional para nós humanos, a partir de fontes alimentares que nós, humanos, não temos capacidade para digerir, como a erva, subprodutos da indústria agrícola, forragens (feno, palha, silagem) entre outros. Se procurarmos saber um pouco mais sobre metabolismo microbiano e fermentação entérica, vemos que, de facto, aumentar a eficiência do processo digestivo destes animais passará, necessariamente,

(1) APEZ – Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica

(2) EAAP – Federação Europeia de Ciência Animal

A ideia de que, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista nutricional, uma dieta sem produtos animais é desejável, é errada. E, mais uma vez, usar como argumento, para justificar tal ideia, as emissões de GEE é, na falta de melhor palavra, uma falácia.

por diminuir as perdas energéticas: entre elas a produção de CO₂ e CH₄.

Uma dieta com elevado teor em fibra será sempre menos eficiente que uma dieta com um menor teor em fibra (vias metabólicas diferentes). Se olharmos apenas para as emissões provenientes da fermentação entérica destes animais, facilmente se percebe que se ingerirem menos fibra, irão ter menores emissões de CO₂ e CH₄. Serão mais “eco-friendly”. Na realidade, uma vaca em pastagem terá maiores emissões de gases provenientes de fermentação entérica do que uma vaca estabulada a ingerir concentrado, e, se olharmos apenas para isso, terá um maior impacto ambiental...

E assim poderia cair por terra o argumento de que as vacas em pastagens, ou de que os sistemas de produção baseados em pastagens são “melhores” que os restantes... Se olharmos apenas às emissões entéricas dos animais não são. Lamento, mas é um facto.

Ora, o que vale é que em ciência, não olhamos apenas a uma só coisa. Devemos ter sempre uma abordagem holística do sistema, e logo entrar com outros fatores. Como o facto de os ruminantes, fruto dessa maravilhosa adaptação que os torna a pior coisa do Universo em termos de emissões de gases produzirem produto animal de elevado valor nutricional (carne e leite,...), utilizando fontes alimentares que de outra forma se acumulariam no terreno (o que aliás já acontece em muitas regiões por esse interior fora, onde ninguém quer viver, e onde as vacas, as ovelhas e as cabras têm vindo a desaparecer).

Temos de olhar para o ciclo completo de produção, temos de fazer as contas ao chamado *Life Cycle Assessment* (LCA). Também aqui os dados, as metodologias de cálculo diferem muito. Até recentemente



os cálculos eram feitos por balanço *input/output*, emissões / kg de produto (kg de carne, leite, etc). Esta forma de cálculo já foi demonstrada como tendo falhas graves. Trabalha-se atualmente para introduzir no cálculo a qualidade do produto (valor nutricional) e a alimentação dos animais, entre outros fatores. Se olharmos aos dados mais recentes que apresentam estas variáveis ficamos espantados com os valores obtidos pois alteram de forma significativa a visão atual e algumas ideias pré-concebidas, claramente em desfavor da produção animal. Este aspeto de suma importância pois começamos apenas a contabilizar os fatores que podem distinguir os diferentes sistemas.

A escolha do tipo de sistema de produção dependerá sempre dos objetivos e dos critérios produtivos. Todos os sistemas de produção têm prós e contras... como, aliás, tudo na vida.

Mais uma vez, falar apenas em emissões de gases é não só profundamente redutor, como errado. É esta análise simplista que leva a conclusões erradas e fora do contexto. No entanto, as malfadadas emissões são reais, e as que provêm do sector animal correspondem a valores que variam entre os 14,5% (FAO, 2013), e os 4% (EPA, 2017) do total de emissões de GEE de origem antropogénica, (se falarmos apenas de ruminantes as percentagens são de 6,9% (FAO, 2013) e 2% (EPA, 2017). Para Portugal, a APA e o IST (valores reportados a 2017) apresentam valores da contribuição da pecuária para as emissões de GEE de 6,8%, sendo que 4,5% corresponderão aos bovinos (APA e IST, 2017). Os valores variam bastante. Esta variabilidade faz parte do próprio sistema, pois as metodologias de cálculo, bem como os fatores tidos em conta nos cálculos, os sistemas de produção e as realidades dos países são diferentes. Em suma, todo um conjunto de variáveis altamente voláteis justificam as diferenças.

Ainda esta semana foram noticiados de forma alarmante dados da APA que indicam um aumento de emissões de metano proveniente da produção pecuária, em particular devido ao aumento da contribuição dos ruminantes, em particular da produção de carne. Na realidade, e em termos percentuais, as emissões de metano (de todas as origens) tiveram, de acordo com o relatório da APA de maio deste ano um decréscimo de 0,6% no período 1990-2017. No entanto, este decréscimo no geral foi acompanhado de algumas alterações na quantidade de metano emitido nos diferentes sectores, e no caso da produção animal, a fonte mais importante de emissão de metano são os ruminantes, havendo, nos últimos 3 anos, um aumento da contribuição de bovinos não leiteiros (APA, 2019 - Portuguese national inventory report on greenhouse gases, 1990 – 2017). O que será facilmente compreensível quando verificamos que houve um aumento do efetivo destes animais.

Apesar dos diferentes valores e formas de apresentar as percentagens, uma coisa salta à vista: a percentagem é baixa! Mesmo nos valores mais elevados, mais de 80% das emissões de origem antropogénica não têm nada a ver com animais nem com a sua produção! Mas mais uma vez: olhar apenas às emissões é errado, redutor e contraproducente.

Será necessário também ter uma abordagem mais alargada, ter em conta que o sector agrícola, em particular o pecuário, é um responsável direto (pastagens e animais) e indireto (forragens) na retenção de carbono atmosférico, sendo o balanço de carbono praticamente nulo (ligeiramente positivo em alguns sistemas). Mais uma vez, os cálculos e as estimativas da fixação de carbono variam bastante com a metodologia utilizada, o tipo de sistemas considerados, entre outros fatores. Em Portugal, as pastagens bio diversas, por exemplo, têm um potencial de sequestro

de 5 Ton CO₂/ha/ano (Teixeira, R., 2010). A ideia de que, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista nutricional, uma dieta sem produtos animais é desejável, é errada. E, mais uma vez, usar como argumento, para justificar tal ideia, as emissões de GEE é, na falta de melhor palavra, uma falácia.

No seu relatório de agosto de 2019, o painel intergovernamental para as alterações climáticas (IPCC, 2019) refere que: “dietas balanceadas à base de alimentos vegetais (grãos de cereais, legumes e frutas) e alimentos de origem animal, produzidos em sistemas de produção resilientes e sustentáveis representam grandes oportunidades para adaptação e mitigação de efeitos ambientais gerando simultaneamente grandes benefícios em termos de território e nutrição e saúde humana”. Fala-se de sistemas de produção resilientes e sustentáveis. Para um sistema de produção ser sustentável e resiliente, não tem necessariamente que ser um sistema “extensivo”. Um sistema “intensivo” será muito eficiente, e produtivo, e com um LCA bastante positivo em termos ambientais, assim como um sistema

“extensivo”. Estas terminologias são frequentemente mal interpretadas... O que caracteriza um sistema de produção como intensivo ou extensivo? Estar em pastagem? Não. Podemos ter sistemas baseados em pastoreio e serem intensivos... Mais uma vez, os fatores que caracterizam os sistemas de produção são tantos e tão variáveis. Utilizar terminologia sem se conhecer a sua aplicação e caracterização não será correto. Temos de alterar designações.

Será profundamente fraturante que no seio do sector animal haja posições de que “uns sistemas são amigos do ambiente” e outros não... Este tipo de ação é não só errada, do ponto de vista técnico e científico, como nefasta para a unidade que se espera que o sector tenha. A abordagem holística das situações terá que prevalecer.

Será necessário que se fale com cuidado, que se informe corretamente, e que se seja coerente, quer nos conceitos, quer na informação passada.

Falamos de um sector que produz alimento! Não são sapatos, nem telemóveis, nem carros ... Não são bens materiais efême-

ros... ALIMENTO! É disso que estamos a falar... Produzir alimento.

Intensificação significa aumentar a quantidade de produto obtido por unidade de *input* fornecido, através de uma utilização mais eficiente dos recursos. Uma maior eficiência geralmente dá origem a uma melhoria económica, um menor impacto ambiental e uma maior quantidade de alimento, no fundo, os três pilares da sustentabilidade: económico, social e ambiental. Resiliência é a aptidão de um determinado sistema que lhe permite recuperar o equilíbrio depois de ter sofrido uma perturbação. Este conceito remete para a capacidade de restauração de um sistema. Neste caso, um sistema de produção animal.

Falemos antes de intensificação sustentável da produção animal, ou seja, aumentar a eficiência da produção de produtos animais de elevada qualidade nutricional, aumentando o lucro, com elevados padrões de bem-estar animal, e impactos ambientais mínimos. Sem medos, sem receios, sem preconceitos quanto a terminologias.

Falemos com os técnicos e investigadores que trabalham na área. Informemos por favor. Comunicar será a solução. ●



poupe
COM 5 ANOS
de garantia*
OFERTA DE EXTENSÃO DE GARANTIA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2019

* Consulte as condições da campanha de Garantia no seu revendedor oficial Kubota

For Earth, For Life
Kubota

**Tempos duros
exigem performance
acima do normal**

**TRACTORES
IBÉRICOS** LDA



Apoiamos o seu Projeto Agrícola, Agroindustrial ou Florestal

A AGROGARANTE – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA – EXISTE PARA APOIAR O SEU PROJETO INOVADOR

É este forte investimento na inovação e na iniciativa empresarial que torna a Garantia Mútua um instrumento de sucesso. Porque têm soluções à medida das necessidades específicas dos diversos setores de atividade. Porque aposta no futuro dos ENI, das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Com a AGROGARANTE, as boas produções estão garantidas!

No âmbito do Quadro de Incentivos (PDR 2020) consulte a AGROGARANTE para emissão de Garantias a favor do IFAP e para empréstimos necessários ao seu projeto.

GARANTIAS A EMPRÉSTIMOS

que lhe permite obter crédito junto das instituições bancárias, em melhores condições de preço e prazo.

GARANTIAS A SISTEMAS DE INCENTIVO

requeridas no âmbito de programas de apoio às empresas, nomeadamente o IFAP, torna possível o recebimento antecipado de incentivos e outros apoios públicos.

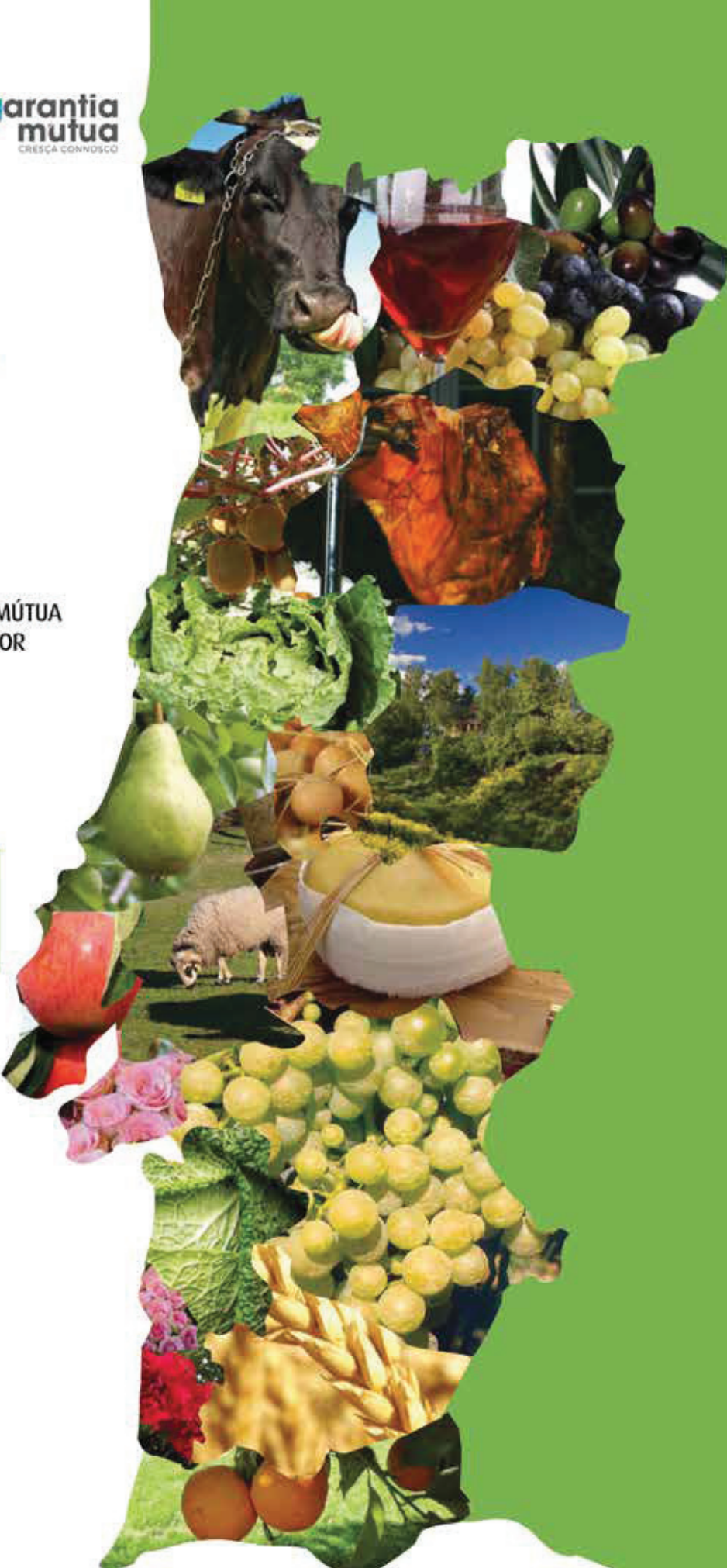
GARANTIAS DE BOM PAGAMENTO

para o pagamento de compromissos assumidos com fornecedores e outras entidades.

GARANTIAS AO ESTADO

que asseguram o cumprimento de obrigações perante as Instituições Públicas (IVA, etc.).

APOIO EM LINHAS ESPECÍFICAS



Ainda não viu nada

Temos muito mais
para apoiar
a sua empresa.

Soluções para:

- Dia-a-dia
- Financiar
- Aplicar
- Proteger
- Exportar

Fale connosco,
há tanto mais para ver.



creditoagricola.pt • 808 20 60 60
Atendimento personalizado 24h/dia, 7 dias/semana

 **CA**
Crédito Agrícola